

# Sindifisco Nacional - Delegacia Sindical de São Paulo

## Clipping de 9 de fevereiro de 2010

### FOLHA DE S. PAULO

#### **Serra estuda pacote para atender servidores**

**Para evitar deflagração de greves em março, governo planeja gastar até R\$ 730 milhões com gratificações ao funcionalismo**

**Proposta que vai exigir o maior volume de recursos é conceder a Gratificação por Atividade de Magistério para servidores da Educação**

**CATIA SEABRA**

DA REPORTAGEM LOCAL

O governo José Serra (PSDB-SP) estuda a adoção de um pacote de medidas destinadas ao funcionalismo público que, juntas, podem representar um gasto R\$ 730 milhões ao ano. No ano eleitoral de 2010, a Comissão de Política Salarial do governo analisa três propostas, atendendo a reivindicações dos servidores da Educação, da Segurança Pública e da Administração Penitenciária.

As propostas dependem ainda de aprovação da equipe econômica do governo Serra e do próprio governador.

Previsto ainda para março, o anúncio poderia atenuar a insatisfação no funcionalismo, debelando convocações de greve programadas para março.

Dentre as propostas, a que exigiria maior volume de recursos é a incorporação da GAM (Gratificação por Atividade de Magistério) às aposentadorias na Educação. Hoje, essa gratificação é concedida apenas aos servidores da ativa.

Mas, pela proposta do secretário da Educação, Paulo Renato Souza, ela seria estendida aos aposentados.

Segundo números apresentados por Paulo Renato durante reunião com deputados, a medida consumiria R\$ 450 milhões ao ano.

Numa reunião com tucanos, Paulo Renato afirmou que a secretaria teria capacidade para cobrir essa despesa adicional. O medo é que outras categorias do serviço público reivindicassem o mesmo benefício.

Em favor da proposta, integrantes do governo alegam que funcionários aposentados já têm obtido, na Justiça, a incorporação dessas gratificações. Em resposta, a equipe econômica do governo alega que as decisões judiciais costumam demorar, sem produzir impacto imediato.

## **Segurança**

Além da gratificação para a Educação, está em pauta a concessão de reajuste para agentes penitenciários. Sem aumento desde 2007, a categoria reivindica o mesmo patamar de reajuste concedido à Segurança Pública em 2008, durante um movimento grevista.

A proposta em estudo na Comissão de Política Salarial prevê um gasto extra de R\$ 80 milhões com o aumento.

Mas a categoria deverá ser contemplada com o direito à aposentadoria especial, a exemplo dos policiais civis e militares.

Pelo regime atual, são necessários 35 anos de serviço para concessão do benefício. Pela nova proposta, o tempo de serviço passaria para 30 anos.

Ainda na área de Segurança, a Comissão de Política Salarial discute a proposta que reduziria disparidades entre os três níveis do ALE (Adicional de Local de Exercício) pago aos policiais civis e militares.

Hoje, os policiais civis e militares recebem um auxílio variável segundo o tamanho da cidade em que atuam: de até 200 mil habitantes, de 200 mil a 500 mil, e acima de 500 mil habitantes.

Esse auxílio nasceu como incentivo para que os policiais trabalhassem em áreas de maior criminalidade, em vez de optarem pelo interior. Hoje, porém, o argumento dos servidores é de que os índices de violência não dependem do tamanho da cidade.

A Secretaria de Segurança Pública apresentou uma proposta que unificava o valor da gratificação. Mas a ideia em discussão no governo é aumentar o valor do piso, mantendo um incentivo para os que atuam nas grandes cidades.

Essa foi uma reivindicação apresentada pela polícia durante o movimento de greve de 2008. Nascidas das reivindicações, essas propostas serão submetidas à equipe econômica, que sugere que se espere a evolução da receita para tomar qualquer medida após a crise.

## **ESTADO DE S. PAULO**

### **Lula lança projeto de combate à corrupção**

Pela proposta, empresas que fraudarem licitações poderão ser até fechadas pela Justiça

Felipe Recondo, BRASÍLIA

Tamanho do texto? **A A A A**

Um projeto de lei encaminhado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso vai mirar a parte mais sensível das empresas que se envolvem em escândalos de corrupção: o faturamento. As empresas que praticarem tráfico de influências para obter vantagens nos contratos com a administração pública, sonegarem tributos decorrentes da execução de contratos celebrados com os governos ou fraudarem licitações poderão ser multadas e até fechadas pela Justiça.

A proposta segue para o Congresso com a missão principal de evitar a repetição de escândalos descobertos pela Polícia Federal que, normalmente, têm como beneficiárias empresas com

contratos firmados com a administração pública. Operações recentes, como a Castelo de Areia, descobriram indícios de crimes financeiros e doações ilegais de campanha. Em Brasília, o chamado "mensalão do DEM", que atingiu o governador José Roberto Arruda (sem partido), tem como principais financiadoras as empresas com contratos firmados com o governo do Distrito Federal.

O texto prevê, no âmbito administrativo (em processo que pode durar apenas 180 dias), aplicação de multas e rescisão do contrato, além da proibição de firmar contratos com órgãos públicos, receber subsídios ou contratar empréstimos com bancos controlados pelo poder público. A proposta permitirá ainda que, pela via judicial, as empresas tenham as atividades suspensas temporariamente, tenham os bens cassados ou, nos casos mais graves, sejam dissolvidas. Para a punição mais severa, será preciso demonstrar que a empresa foi constituída deliberadamente para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos.

## MUDANÇA

As leis atuais deixam as empresas corruptas praticamente intocáveis e livres de punição. Nos escândalos recentes, apenas diretores ou funcionários das empresas foram presos ou processados. As empresas tiveram prejuízo para a imagem, mas não foram obrigadas a pagar multas ou a ressarcir os cofres públicos pelo prejuízo que causaram.

Para punir as empresas, há dois caminhos legais, mas o caminho é longo e, ao final, a penalidade não é forte o suficiente para evitar novos crimes. "O que há hoje é uma dificuldade de punição por uma legislação processual medieval", afirmou ao Estado o ministro da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage. Um deles passa pela lei de licitações. A empresa que fraudar uma concorrência pública pode ser declarada inidônea e ter de pagar uma multa contratual. O outro caminho envolve a lei de improbidade administrativa, mas para chegar a punir a empresa, é preciso primeiro identificar o agente público envolvido na fraude para depois processar a pessoa jurídica que se beneficiou do crime.

A proposta do governo é criar mecanismos para punir diretamente as empresas sem que seja necessário, para isso, enfrentar o périplo de um processo judicial. Apesar da possibilidade de punir as empresas, Hage disse não esperar resistências do setor privado. "O projeto visa a reduzir o custo que a corrupção gera para as empresas. A boa empresa vai entender que esse projeto quer nivelar a livre concorrência", disse o ministro.

## Juiz arquiva inquérito contra empresa acusada de lavagem

Ele atendeu a pedido da procuradoria, que não viu 'elementos mínimos e idôneos para ação'

Fausto Macedo

Tamanho do texto? **A A A A**



A Justiça Federal arquivou inquérito contra uma empresa que teria ligações com o escritório de advocacia Newton Oliveira Neves - alvo da Operação Monte Éden, investigação desencadeada em 2005 pela Polícia Federal sobre suposto esquema de evasão e lavagem de dinheiro. O arquivamento foi decretado em 14 de janeiro pelo juiz Marcio Ferro Cattapani, da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, que acolheu pedido da Procuradoria da República.

A PF atribui a Oliveira Neves envolvimento com um núcleo especializado na criação de off shore no Uruguai e no Panamá, notórios paraísos fiscais, para captação de recursos não declarados ao Fisco brasileiro. No caso arquivado, o acusado não era Oliveira Neves, mas um cliente dele que teria solicitado a abertura de uma off shore.

A procuradoria, após a quebra do sigilo do investigado, considerou que os autos não reúnem "elementos mínimos e idôneos para ação penal, posto que não há comprovação alguma de autoria e materialidade delitivas". Amparada em rastreamento do Banco Central, a procuradoria assinalou que "não há indicadores da efetiva remessa de valores ou transferência".

A PF instaurou cerca de 300 inquéritos para investigar toda a clientela de Oliveira Neves - um inquérito para cada pessoa física ou jurídica que se valeu dos serviços do advogado. Em julho de 2007, a PF requereu a quebra do sigilo bancário e fiscal de todos os investigados. "Após a devassa o próprio Ministério Público Federal concluiu que não existe qualquer indício de materialidade do crime, ou seja, não conseguiram identificar nenhuma remessa ilegal de recursos", assinala o criminalista Paulo Moraes, advogado da empresa que se livrou da acusação.

Contra o advogado Oliveira Neves há quatro ações penais na 6ª Vara Criminal Federal - outras 17 pessoas são citadas. Na semana passada, o advogado ingressou com exceção de suspeição do juiz Fausto Martin De Sanctis, titular da 6ª Vara. Neves quer o afastamento de De Sanctis do comando das ações penais. O advogado diz que De Sanctis o investiga.

**LARANJAS**

A Monte Éden foi deflagrada por ordem da Justiça do Rio. Um comando da PF prendeu Neves, em 2005, e invadiu a sede de seu escritório, que ocupava prédio inteiro na Alameda Santos. Os federais investigavam fraudes na criação de empresas off shore em nome de laranjas para ocultar valores de clientes beneficiários. O advogado foi solto em fevereiro de 2006, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2007, o STF absolveu Neves em ação por sonegação fiscal porque a acusação deveria ter sido precedida de procedimento administrativo.

Duas denúncias contra o advogado foram apresentadas pelo procurador da República Silvio Luís Martins de Oliveira, outras duas pela procuradora Karen Louise Jeanette Kahn - procuradores federais com larga experiência no combate a crimes financeiros e fraudes fiscais. Em uma ação, o procurador sustenta que o advogado, em 1999, orientou o sócio-gerente de uma construtora de São José do Rio Preto a adquirir sociedades anônimas financeiras de investimentos no Uruguai e no Panamá "visando a garantir o anonimato das operações".

## Gasto com pessoal é o mais alto em 15 anos

Pressionado por reajustes salariais e cobranças de reestruturação de carreira, despesa pode chegar a 5,12% do PIB

Adriana Fernandes e Edna Simão, BRASÍLIA

Tamanho do texto? **A A A A**

Às vésperas das eleições, o governo federal poderá ter que enfrentar uma nova onda por reajuste salarial e reestruturação de carreira do funcionário público, jogando para o próximo presidente da República uma conta ainda mais salgada de gastos com pessoal. O maior foco da pressão vem do Judiciário que cobra a aprovação, pelo Congresso, de projeto de lei que reestrutura os planos de carreira reajuste de 56,42% a mais de 100 mil servidores. Se aprovado, o custo a mais na folha será de R\$ 6,3 bilhões.

A pressão por gastos parte também da Polícia Federal, Polícia Militar, bombeiros e demitidos no governo Collor que foram anistiados. As reivindicações, no entanto, deixaram de ter como base razões econômicas, como a inflação, e geralmente miram a equiparação com outros servidores que têm salários maiores. Segundo o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, toda criação de uma nova despesa é preocupante. Isso porque, na maioria dos casos, não se aponta de onde sairá a receita para bancar o gasto.

Depois de ter recebido aumento salarial em torno de 60% em 2006, os policiais federais pressionam os ministérios da Justiça e do Planejamento para conseguir um plano de reestruturação com reajuste médio de 18%. Eles já ameaçam fazer uma greve semelhante à de 2006, também ano de eleição gerais. Foi justamente o aumento salarial dos policiais federais que acionou o gatilho para uma série de reajustes de várias categorias do funcionalismo federal, com impacto na folha de pagamentos da União até 2011.

De 2006 a 2009, o custo da folha de pagamentos saltou de 4,54% para 5,11% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2010, a previsão de gastos com pessoal no Orçamento da União é de 5,12% do PIB, o valor mais alto desde 1995 (5,22% do PIB). Integrantes da equipe econômica já consideram conservadora essa estimativa. É que para os novos pedidos salariais não há cobertura no orçamento.

A temperatura por novos reajustes está aumentando porque tramita no Congresso Nacional projeto que limita os gastos com pessoal e encargos sociais da União em 2,5% ao ano mais inflação. A expectativa é de que essa medida só seja aprovada quando todos os projetos de

reestruturação de carreiras e reajuste forem atendidos.

Por isso, os servidores correm contra o tempo. Na exposição de motivos do projeto de reajuste dos servidores do Judiciário, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, justifica que a estrutura salarial da categoria está defasada em relação a outras categorias de servidores públicos do Legislativo e Executivo.

Compensação de dívidas passadas com a categoria também é a linha de argumentação dos policiais federais. Segundo o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, João Valderi de Souza, a última reestruturação foi em 1995. De lá para cá, disse ele, o governo tem um débito de reajuste não concedidos com a categoria que não foi solucionado em 2006.

Também inflam as despesas algumas propostas de emenda constitucional (PECs) em tramitação no Congresso. Uma delas equipara vencimento de policiais civis e federais aos vencimentos de procuradores do Ministério Público - o que pode custar R\$ 3,5 bilhões aos governos federal e estadual. Os gastos também podem aumentar com a PEC que estabelece um piso salarial para os servidores policiais e com outra proposta que determina que a remuneração dos policiais militares e dos bombeiros não seja inferior ao valor pago no DF. Outra proposta com forte impacto nos gastos é a que inclui servidores do antigo território de Rondônia ao quadro da União.

## Mantega quer limitar salários

Tamanho do texto? **A A A A**

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, pretende trabalhar para que a Câmara aprove projeto de lei que limita a expansão da folha de pagamento do serviço público federal. Segundo fontes do governo, Mantega considera o projeto importante para dar ao mercado mais um sinal de austeridade fiscal e sustentabilidade das contas públicas.

A proposta, de autoria do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), define que no período de 2010 a 2019 a folha de pagamento não poderá crescer mais que 2,5% por ano em termos reais. O projeto substituiu a ideia original do governo, que era limitar a 1,5% ao ano o crescimento da folha. A proposta de Jucá foi aprovada em dezembro.

A fonte do governo reconhece que a aprovação não será fácil porque 2010 é ano eleitoral e um dos lobbies mais fortes no Congresso é dos servidores públicos, que são base eleitoral do PT. O líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), afirmou que a matéria será aprovada após o carnaval. "Vamos aprovar o projeto, todo mundo quer isso", disse Vaccarezza, que ontem conversou com Mantega sobre o tema. FÁBIO GRANER

## "Governo Lula desperdiça com contratações"

Economistas e oposição criticam aumento do número de servidores

Marcelo Rehder

Tamanho do texto? **A A A A**

A política de contratações do governo Lula, que deve aumentar em mais de 100 mil os postos na administração direta até o fim do ano, foi criticada ontem por economistas e políticos em debate sobre reforma fiscal na Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP). "O nome desse fenômeno é desperdício", afirmou o economista Paulo Rabello de Castro, presidente da RC Consultores e do Conselho de Planejamento Estratégico da Fecomércio SP.

Segundo ele, a avaliação que se faz no setor público da necessidade de contratação não reflete as necessidades futuras, mas tão somente a necessidade do presente. "Quando o contratado entra no emprego público, ele tem uma perspectiva de se perpetuar naquela condição. Essa é a fonte do tremendo desperdício e da tendência ao déficit crescente no setor público, que vai gerar mais impostos e uma diminuição dos empregos no setor privado."

O professor Yoshiaki Nakano, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), observou que a folha de salários do governo federal cresce algo como R\$ 20 bilhões a cada ano. Ele ressaltou que o funcionário público fica em média 40 anos na folha de pagamentos do governo. Para ele, esse dinheiro deveria ser destinado a investimento para saneamento, para controlar problemas de enchentes ou para melhorar o transporte público, entre outros.

"A escolha que está sendo feito pelo governo é entre pagar funcionários que ficam sentadinhos em suas escrivaninhas em Brasília, gerando serviços na ponta que sabemos que o Estado brasileiro produz, ou investir R\$ 20 bilhões por ano e resolver os problemas básicos que a população enfrenta atualmente", afirmou Nakano.

O economista comentou que a máquina pública já é absurdamente inchada. "Mais do que isso, eu tenho absoluta certeza e aposto que quase todos esses novos funcionários estão indo para a retaguarda, e não para o trabalho efetivo de fiscalização que é necessário", disse Nakano.

Para o ex-senador pelo DEM de Santa Catarina, Jorge Bornhausen, "este é um gasto que vai deixar marcada a administração do presidente Lula como perdulária e ineficiente".

Na avaliação dele, o impacto na economia é muito grande, porque cria uma herança pesada para o sucessor do atual governo.

"Queremos cortar gastos correntes, e não investimentos em infraestrutura e em serviços básicos como educação e segurança", disse Bornhausen. "Tanto é que as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) andam em passo lento de tartaruga. Esta não é uma boa política, é uma política de curto prazo para satisfazer partidários e não a sociedade brasileira como um todo."

## "Não se muda juro e câmbio por decreto"

Em encontro com empresários, Meirelles defende modelo econômico

Ricardo Leopoldo, AGÊNCIA ESTADO

Tamanho do texto? **A A A A**



*ALMOÇO À FRANCESA - Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, com empresários da Câmara de Comércio Brasil-França*

Em almoço fechado para 70 empresários da Câmara de Comércio França-Brasil, ontem, em São Paulo, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, teria afirmado, segundo relato de pessoas presentes no evento, que sua permanência por oito anos à frente da instituição foi o bastante e vê que seu papel estará cumprido no fim desse período.

Segundo esses dirigentes de empresas, que pediram para não ser identificados, Meirelles também reiterou que o próximo presidente da República não deve mudar as bases da política macroeconômica, como a busca da inflação baixa, o regime de câmbio flutuante e o rigor fiscal.

Segundo um empresário francês, Meirelles destacou que o Brasil é um País com economia estável e previsível e possui uma história de vários anos de estabilidade. De acordo com o executivo, o presidente do BC disse que no País "não é possível alterar os juros e o câmbio por decreto". Na avaliação dessa fonte, o comentário de Meirelles teria sido uma crítica indireta ao governador de São Paulo, José Serra.

Em entrevista recente à revista *Veja*, o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (CE), afirmou que, caso Serra seja eleito presidente da República, ele vai alterar o nível dos juros e do câmbio. Esses comentários causaram um pouco mais de insegurança a um segmento de empresários para quem, se suceder o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o tucano seria "mais voluntarista" para mexer no câmbio e nos juros do que uma eventual administração de Dilma Rousseff.

O empresário que relatou a frase de Meirelles, por outro lado, não descartou que a afirmação do presidente do BC tivesse como destino o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que já fez várias críticas ao nível elevado da taxa básica de juros, a Selic, e da cotação sobrevalorizada do real ante o dólar dos EUA. Contudo, é notório o bom relacionamento público entre Mantega e

Meirelles nos últimos tempos. O ministro da Fazenda chegou a ressaltar há uma semana, num evento, que, se a inflação subir e ameaçar a meta de inflação, os juros subirão.

De acordo com empresários, Meirelles também teria dito que a partir do próximo ano gostaria de atuar na esfera federal, pois assim seria melhor para contribuir com o seu legado, que é a estabilidade macroeconômica. Mas, para isso ocorrer, seriam necessárias duas condições importantes. A primeira é ser convidado para trabalhar na administração do próximo presidente da República. O segundo fator relevante para ele, Meirelles, seria decidir se aceita ou não o cargo oferecido.

Na palestra para os empresários, na qual fez uma avaliação da evolução da economia brasileira nos últimos anos, o presidente do BC repetiu que são maiores as chances dele permanecer no cargo até o fim do ano.

Meirelles ressaltou, no final do evento, que uma candidatura ao cargo de governador teria baixa probabilidade de ocorrer. No meio político, especula-se que o presidente do BC poderia ser candidato do PMDB ao governo de Goiás.

Segundo os empresários, em nenhum momento o presidente do BC disse que preferia ser candidato a vice-presidente da República numa chapa encabeçada pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Meirelles também não fez nenhuma menção sobre o processo interno do PMDB para escolher o nome do partido que deverá acompanhar Dilma à disputa ao Palácio do Planalto. Ele reiterou que seu futuro só será decidido em março, quando se encerra o prazo para deixar o posto para concorrer a algum cargo eletivo.

## Atraso prejudica quem aproveitou isenção de IPI

Sem produtos em estoque, empresas bateram recordes de vendas no último fim de semana de janeiro mas não conseguiram entregar no prazo

Carolina Dall'Olio, JORNAL DA TARDE

Tamanho do texto? **A A A A**

Depois de comprar um fogão com desconto para dar de presente para a mãe, a estudante de publicidade Luciana Endo, de 36 anos, saiu da loja toda satisfeita, com aquela sensação gostosa de quem faz um bom negócio. Era 31 de janeiro, último dia de isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) sobre eletrodomésticos da linha branca - no dia seguinte, com a volta do tributo, os preços deveriam subir, daí a pressa da universitária em aproveitar a promoção.

Pelo mesmo motivo de Luciana, muitos outros consumidores decidiram ir às compras naquele fim de semana. O Walmart teve alta de 250% nas vendas em relação ao fim de semana anterior. No caso das lojas Extra e Ponto Frio, do Grupo Pão de Açúcar, o aumento foi de 120% - a empresa esperava que a procura subisse, no máximo, 40%.

As vendas de janeiro, somadas ao bom desempenho no Natal de 2009 (quando as vendas de eletrodomésticos cresceram 20% em relação ao Natal anterior), pegaram as varejistas de surpresa. "Muitas empresas chegaram a ficar desabastecidas", afirmou Nabil Sahyou, presidente da Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop), ao divulgar os dados referentes às vendas de 2009.

### ATRASOS NA ENTREGA

Com vendas acima do esperado, as empresas tiveram problemas para cumprir o prazo de entrega

prometido aos clientes. No Procon-SP, as reclamações sobre atrasos na entrega somaram 506 em janeiro de 2010 - 158% a mais que as 196 no mesmo período do ano passado.

"Mas, mesmo com aumento das vendas, a empresa não pode, em hipótese alguma, descumprir o contrato firmado com o consumidor", avisa Robson Campos, diretor técnico do Procon-SP. "O cliente não tem nada a ver com isso."

Mas é sempre ele que sofre as consequências. A mãe de Luciana, quando soube que ganharia um fogão novo, tratou logo de doar o antigo e abrir espaço na cozinha para receber o presente da filha, que chegaria quatro dias depois. Só que o fogão não veio. E o que era para ser um agrado acabou se transformando num problema - a mulher passou a comprar comida pronta, já que não tinha como cozinhar.

Quando Luciana foi reclamar, ouviu do funcionário da loja Extra do shopping Interlagos que o produto foi vendido sem que houvesse uma peça no estoque. "Fiquei indignada. Eles disseram que tinham vendido muita coisa e não dava para entregar na hora", conta Luciana.

Sem poder deixar a mãe esperando, ela comprou um outro modelo de fogão, que custava R\$ 150 a mais. E pagou a diferença. "No fim das contas, perdi o dinheiro que havia economizado antes, quando havia o IPI reduzido", lamenta.

A única coisa que poderia servir de consolo para Luciana é que existe gente numa situação pior que a dela. Sua amiga, a publicitária Roberta Franco, de 35 anos, comprou um fogão, um forno elétrico, uma geladeira e uma TV de plasma no dia 13 de dezembro, na loja promocional Super Casas Bahia, e não recebeu até agora.

"A entrega estava prometida para 13 de janeiro, 30 dias depois da compra. Mesmo assim, eles não conseguiram cumprir o prazo e todo vez que eu ligo para lá eu sou obrigada a ouvir que não há esse produto no estoque nem previsão para chegar", relata Roberta.

## O afrouxamento do consumo interno

Tamanho do texto? **A A A A**

O consumo está dando sinais de desaceleração neste início de ano, o que muitos atribuem ao fim dos incentivos fiscais. Mas há outros fatores responsáveis por esse afrouxamento da demanda.

A redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para os produtos da linha branca e para automóveis mostrou claramente que o excesso de tributação é um fator de contenção da demanda. E isso deveria levar o governo a repensar sua política fiscal e a examinar se uma redução dos impostos tem realmente um efeito negativo sobre as receitas.

Parece-nos que, em lugar de redução temporária de alguns impostos para amenizar a recessão, seria mais eficiente uma redução definitiva que permitisse à indústria programar melhor seus investimentos, evitando gastos desnecessários que elevam seus preços.

O fim dos incentivos fiscais, no entanto, é apenas um dos fatores que explicam o recuo da demanda. Uma vez passada a fase de euforia alimentada pelo pagamento do 13º salário, os consumidores estão enfrentando os problemas criados pelo excesso de endividamento - basicamente no que se refere aos consumidores das classes C e D da população, que não apenas foram favorecidos por uma oferta de crédito atraente para suas compras, como seduzidos por financiamentos de longo prazo para a compra da casa própria. Mas é só quando os compromissos do crédito habitacional e do cartão de crédito se juntam que o consumidor toma consciência do peso da sua dívida total.

O comércio está pensando em reagir ao afrouxamento da demanda com uma extensão do prazo do crédito. Atrás dessa ideia existe a ilusão de que o alongamento do financiamento das compras poderá ser oferecido sem elevação do preço da mercadoria. Sabe-se que na "venda a prazo sem juros" sempre existe o pagamento de gastos financeiros diretamente vinculados ao prazo. Os consumidores estarão conscientes do aumento dos preços e poderão adiar suas compras.

Finalmente, convém levar em conta que os bens de consumo duráveis oferecidos no País têm uma parte importante de componentes importados e, portanto, com a desvalorização atual do real ante o dólar, ficarão mais caros.

Esse panorama é válido especialmente para os bens de consumo duráveis. No quadro de aumento da renda de uma parte expressiva da população, pode-se prever que o consumo de bens não-duráveis, especialmente produtos alimentícios, continuará sendo alto.

## A necessária reforma do comércio exterior

Rubens Barbosa

Tamanho do texto? **A A A A**

Nunca houve na História deste país um momento em que a politização das decisões nas negociações comerciais externas tenha sido tão intensa, influenciada pelo Itamaraty e a reboque da política externa brasileira. A politização das decisões nas negociações comerciais, contudo, não é uma excentricidade brasileira.

Até o começo dos anos 1960, por mais de uma década o Departamento de Estado, o equivalente do Itamaraty nos EUA, foi responsável pela condução das negociações relacionadas com comércio exterior e investimentos e pelo acompanhamento dos acordos comerciais.

Em 1962, por razões de política externa, o presidente Kennedy pediu ao Congresso a redução das barreiras tarifárias no comércio com a Europa, em rápido processo de integração econômica. Como era de esperar, houve forte reação não só do setor produtivo e exportador, como também do Congresso, em vista da prevalência de considerações de natureza política, e não do estrito interesse comercial.

Nos EUA, ao contrário de outros países, inclusive o Brasil, a competência para legislar sobre comércio exterior é do Congresso, e não do Executivo. Esse fato deriva de circunstâncias históricas relacionadas com a criação do Estado norte-americano, em função de certos compromissos comuns, aceitos pelos 13 Estados independentes, inscritos na Constituição de Filadélfia, em 1787.

Dessa forma, contra a vontade do Executivo, na época presidido por John Kennedy, o Congresso aprovou o Trade Expansion Act, de 1962, determinando que o presidente nomeasse um representante especial que conduzisse as negociações comerciais, de modo não politizado e sem a influência do Departamento de Estado. O Departamento de Estado não foi afastado dos entendimentos, mas a legislação refletiu claramente o interesse do Congresso em obter um equilíbrio mais adequado entre interesses domésticos e internacionais na formulação e na execução da política de comércio exterior. Pela legislação então aprovada, o representante comercial deveria presidir um novo colegiado interministerial que se ocuparia de comércio exterior em tempo integral e faria recomendações no tocante às negociações comerciais.

Em 1963, esse representante comercial ganhou mais peso e acabou vinculado à Presidência da República, ganhando status ministerial, com a criação do USTR. A partir da Rodada Kennedy do Gatt, a negociação comercial multilateral, regional e bilateral passou a ser conduzida pela

Representação Comercial. Sucessivas modificações, ao longo dos últimos 40 anos, definiram a competência do órgão, que conta hoje com cerca de 200 funcionários e coordena 17 Ministérios e agências governamentais.

Legislação mais recente, de 1984, atribuiu ao USTR responsabilidades adicionais para formular e coordenar a execução de políticas relacionadas com o comércio de serviços, a coordenação de políticas comerciais com outros Ministérios e para atuar como o principal porta-voz para a política de comércio internacional. Além disso, o USTR é o responsável perante o presidente e o Congresso pela gestão dos acordos comerciais e pela formulação de propostas sobre barreiras não-tarifárias e outras matérias relacionadas com acordos comerciais. Cabe-lhe também presidir o conselho interministerial que propõe medidas ao presidente na formulação e na execução da política comercial. É ainda o principal assessor do presidente para a coordenação dos interesses de outras áreas do governo nas negociações internacionais de comércio e de investimentos.

O exemplo dos EUA, pelo pragmatismo das respostas dadas às distorções que existiam no processo decisório, é relevante quando se examina essa questão no Brasil.

A queda de mais de 20% no comércio exterior brasileiro em 2009 não pode ser atribuída apenas à recessão internacional e à desaceleração do consumo de produtos brasileiros nos mercados. A falta de uma política voltada para o comércio exterior talvez seja a causa principal.

Ao contrário de muitos países, no Brasil não há um ponto focal para a defesa dos interesses do setor exportador, que se ressentir da falta de um comando unificado e de um processo de coordenação mais efetivo entre os diferentes Ministérios.

A Câmara de Comércio Exterior (Camex), que seria o órgão competente para discutir e aprovar recomendação ao presidente para uma política que envolva todo o governo e seja executada de forma coordenada, não tem força política para propor, muito menos para administrar ações concretas de apoio ao setor. Não se trata de falta de competência ou de capacitação do órgão para a tarefa, mas sim de ausência de vontade política do Executivo para reformar o processo decisório, como foi feito nos EUA.

As metas fixadas pelo governo não estão sendo alcançadas e o Brasil está perdendo mercado no contexto global do comércio exterior, voltando a ser responsável apenas por 1% do total das trocas internacionais. Por considerações políticas, as negociações de acordos comerciais ficaram paralisadas nos últimos oito anos.

Será importante que o setor de comércio exterior se manifeste publicamente a favor de mudanças profundas no processo decisório, para fortalecer a Camex. A existência de um comando unificado com efetivo poder de coordenação, pela criação da presidência da Camex, em nível ministerial, separada do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e subordinada diretamente ao presidente da República, poderia ser uma alternativa.

A campanha presidencial oferece uma ampla possibilidade para o engajamento direto dos candidatos nessa questão. Tendo em vista os interesses burocráticos envolvidos, somente a participação direta e a vontade política do presidente eleito poderão, em início de mandato, ter a força e a liderança necessária para uma reforma dessa natureza.

Rubens Barbosa é presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp

## **VALOR ECONÔMICO**

**Nenhuma matéria foi selecionada**